

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

O Litoral

Class.:

CIMI

Data

13/11/90

Pg.:

668

CIMI defende nova política indigenista junto a ministro

O CIMI (Conselho Indigenista Missionário), encaminhou ontem ao ministro da Justiça Jarbas Passarinho, suas propostas para a adoção no país de uma nova política indigenista. O documento propõe uma nova postura do Estado frente aos povos indígenas, "na rigorosa submissão aos princípios constitucionais". Nesse mesmo dia o ministro também receberia as propostas do Grupo de Trabalho Interministerial criado pelo presidente Fernando Collor de Mello para repensar a atuação do governo nessa área.

Segundo o documento do CIMI, intitulado "Por uma Nova Política Indigenista" e que fundamentalmente reproduz o conteúdo do documento entregue no ano passado aos candidatos à Presidência da República, a política indigenista oficial deve basear-se no reconhecimento da realidade pluriétnica do Brasil. Isso significaria o respeito das especificidades sócio-culturais indígenas, a garantia do direito de expressão e o estabelecimento de relação de autonomia entre os povos indígenas e o Estado.

Quanto à tutela, o CIMI propõe sua extinção. Apesar de a Constituição não tratar expressamente do assunto, a entidade lembra que os direitos indígenas nela garantidos são em sua totalidade, "incompatíveis com o regime tutelar". É inconcebível, no entanto, a proposta presente na minuta do Grupo de Trabalho Interministerial. Inspirada no projeto do ex-ministro Rangel Reis, do governo Geisel, ela propõe a emancipação compulsória dos índios. Absurdamente, só não seria emancipado o índio que se manifestasse contrariamente a isso.

O documento do CIMI aponta também medidas de caráter urgente, como a demarcação de todas as terras indígenas com a participação direta das comunidades que as ocupam. Em relação a este ponto, a proposta do GTI contém o erro primário de exigir, através de portaria ministerial, o reconhecimento da ocupação indígena da terra. A Constituição reconhece aos povos indígenas as terras que eles ocupam. A demarcação deve ser nada mais que a explicitação dos seus limites.

Ainda como medida de caráter urgente o CIMI propõe a revogação e a substituição do "entulho" legislativo promulgado pelos governos anteriores. O caso mais grave são os decretos do ex-presidente Sarney que reduziram em 76,4% o território Yanomami e nele criaram reservas garimpeiras.